

PARA QUE SERVE O GÊNERO? – EXPERIÊNCIAS DE MULHERES, INVISIBILIDADE E REALOCAMENTO DO SUJEITO

WHAT DOES THE GENDER SERVE? – EXPERIENCES OF WOMEN, INVISIBILITY AND REALLOCATION OF THE SUBJECT

Maria Izabel Machado¹

RESUMO

O presente artigo analisa a experiência de mulheres nos clubes de troca a partir do repertório teórico-conceitual dos estudos de gênero. Os clubes são experiências ligadas à economia solidária e se constituem como espaço possibilitador de trocas materiais e simbólicas em torno do qual se agregam especialmente mulheres em situação de pobreza e submetidas a violências múltiplas. O fio condutor da análise diz respeito aos processos de hierarquização calcados nas assimetrias de gênero que seguem relegando experiências de mulheres à irrelevância e à invisibilidade. Os dados empíricos foram obtidos por meio da observação participante e entrevistas em profundidade junto a um clube de trocas da região metropolitana de Curitiba. Analiticamente se perscruta o desenvolvimento histórico, teórico e político do conceito de gênero e da categoria mulher, ressaltando, ao mesmo tempo, a importância e a instabilidade desses conceitos.

Palavras chave: Mulher. Gênero. Economia Solidária. Clubes de Troca.

ABSTRACT

This article analyzes the experience of women in exchange clubs from the theoretical-conceptual repertoire of gender studies. Clubs are experiences linked to the economy of solidarity and constitute an enabling space for material and symbolic exchanges around which are added especially women in poverty and subjected to multiple violence. The thread of the analysis concerns the hierarchical processes based on gender asymmetries that continue to relegate women's experiences to irrelevance and invisibility. Empirical data were obtained through participant observation and in-depth interviews with an exchange club in the metropolitan region of Curitiba. Analytically the historical, theoretical and political development of the concept of gender and of the woman category is examined, emphasizing at the same time the importance and instability of these concepts.

Keywords: Woman. Gender. Solidarity Economy. Exchange Clubs.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente colaboradora no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: izabelpjmp@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe aproximar a experiência de mulheres em um clube de trocas, prática ligada à economia solidária, de alguns referenciais analíticos centrados nos conceitos de gênero e trabalho. As mulheres em questão se encontram em situação de pobreza, sobre esta se sobrepõem ainda outras assimetrias: exclusão do mercado formal de trabalho, pouca escolaridade, situações de violências múltiplas. Não obstante o conjunto desfavorável de variáveis que concorrem para o esmagamento desses sujeitos, as saídas encontradas por elas para tornar viável o existir passam pela construção de laços de reciprocidade e redes de proteção que ultrapassam a superação das contingências econômicas.

O estabelecimento de proteções próximas que tornam possíveis novas ressignificações do eu desde um “ser mulher” nada tem a ver com um propagado retorno ao “sagrado feminino”, essencializante e marcado por leituras biologizantes dos corpos e identidades de mulheres. Trata-se, na análise aqui proposta, de refletir sobre o modo como os saberes e práticas postos em circulação por mulheres têm oportunizado novos posicionamentos de sujeito.

Partimos de questões de fundo que procuram investigar o caráter “generificado” das instituições sociais modernas na tentativa de lançar luz sobre a construção de práticas e discursos significados como masculinos e femininos. Entre essas instituições, lançamos um olhar mais detido aos movimentos e aos grupos ligados ao que denominamos aqui como **Economia Solidária** que segue os mais variados formatos, compreendendo atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, crédito etc. De acordo com recente Atlas da Economia Solidária no Brasil (ANTEAG, 2009), há entre os grupos alguns pontos comuns que permitem colocá-los no rol de empreendimentos solidários, a saber, cooperação, autogestão e solidariedade.

A produção em regime cooperativo, por exemplo, implica na coparticipação dos membros em todas as etapas de produção e/ou geração de renda, o que resultaria em igual distribuição de dividendos e tarefas, bases da solidariedade. A autogestão, por sua vez, impõe-se de forma veemente no exercício contínuo de práticas participativas que visam eliminar as hierarquias reprodutoras da lógica mercantil de privilégios para poucos e prejuízo para muitos.

Contudo, ainda que os empreendimentos compartilhem o mesmo conjunto de valores e princípios, é possível perceber certa hierarquização entre eles, conferindo maior *status* e relevância aos empreendimentos maiores e que movimentam maior volume de produção e conseqüentemente maior capital, por exemplo, as cooperativas de crédito e associações de produtores rurais. No final da fila estariam associações informais, em geral formadas por mulheres, como os clubes de troca, cujo objetivo se concentra na troca de itens como alimentos, roupas usadas e artesanato.

Essa hierarquização, ainda que velada, revela algumas práticas no interior da economia solidária que expõe seus limites e fragilidades especialmente no tocante a reprodução de assimetrias de gênero, o que nos leva a perguntar se o lugar ocupado pelos clubes de troca estaria informado pelo olhar gendricado que invisibiliza e desqualifica o trabalho feminino.

Nesse sentido, recorreremos a um conjunto de autoras que nos ajudarão a lançar luz sobre essa questão, em especial Claudia Lima da Costa, Maria Gabriela Hita, Adriana Piscitelli e de Mirian Adelman.

Na primeira seção, apresentamos um clube de trocas a partir de observação participante e entrevistas semiestruturadas². A seção seguinte se dedica a compreender os processos históricos e teóricos de construção do ser mulher, do posicionamento dos sujeitos e de como diferenças foram transformadas em desigualdades. A terceira seção se dedica a refletir sobre as invisibilizações produzidas sobre o feminino e os desafios no campo dos estudos de gênero acerca a ambiguidade da categoria mulher.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS CLUBES DE TROCA

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (ANTEAG, 2009), a economia solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são de amplo espectro e vão desde grupos informais como associações de mães e clubes de troca a grupos formalizados como cooperativas de produção ou crédito.

Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário está a organização coletiva suprafamiliar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados. Segundo o Atlas, foram mapeados entre 2005 e 2007 um total de 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 municípios do Brasil (53% dos municípios brasileiros), concentrados majoritariamente na região nordeste do país. Entre esses empreendimentos predominam as associações, sendo que 48% atuam exclusivamente nas áreas rurais, 35% nas áreas urbanas e 17% em ambas.

A década de 90 é marcada pelo surgimento dos empreendimentos motivados especialmente pelo contexto econômico latino-americano. No Brasil, os grupos chamados **informais** apresentaram taxa de crescimento acentuada em relação aos demais, como associações e cooperativas.

Em número de participantes, os empreendimentos ultrapassam a marca de 1 milhão e 600 mil. Um dos dados mais interessantes apontados pelo Atlas é sobre a participação de homens e mulheres. Em números relativos, a participação masculina é de 63%, sobressaindo na região sul onde a prevalência é de 69% de homens.

² Observação participante é uma técnica de pesquisa em que o pesquisador-observador participa de todas as atividades realizadas pelo grupo, como qualquer outro membro. Um dos cuidados necessários para a coleta de dados, segundo essa técnica, é apresentar-se como pesquisador e pedir autorização aos membros para coleta de dados, respeitando as dinâmicas internas e o anonimato dos participantes. As entrevistas semiestruturadas são realizadas a partir de um roteiro mínimo que possibilita ao entrevistado aprofundar ou alargar determinado assunto se assim o desejar. Para maiores informações ver: Gaskell, G. (2011). Entrevistas individuais e grupais. In: G. Gaskell, & M. W. Bauer. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, p. 64-113 e Cicourel, A. (1975). Teoria e método em pesquisa de campo. In: A. Z. Guimarães (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 87-121.

Os dados, contudo, devem ser analisados de maneira contextual, relacionando informações quanto ao tipo e ao porte do empreendimento. O número de homens é maior nos empreendimentos maiores: cooperativas e associações. Já nos grupos informais, com média de 20 participantes, as mulheres destacam-se como maioria. Além disso, outras pesquisas³ reforçam a expressiva participação feminina especialmente nos empreendimentos de pequeno porte.

Entre os grupos informais destacam-se desde a década de 90 na Argentina e a partir do ano 2000 no Brasil os chamados clubes de troca. Em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda alguns grupos argentinos organizaram-se para trocar produtos e serviços utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Desde esse contexto mais geral, focamos nos dados referentes aos clubes de troca no Paraná (CARNEIRO, 2011) que traçam um perfil dos grupos e suas atividades, destacando a massiva participação das mulheres. Iniciados em Curitiba em 2001, reuniram mulheres que faziam parte das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Os primeiros movimentos de formação dos clubes deram-se pela busca de cestas básicas distribuídas por algumas igrejas. O caráter assistencialista e paliativo dessa medida motivou a organização de grupos com o objetivo de gerar formas alternativas e menos dependentes de complementação de renda para o sustento das famílias.

Com variações no número de participantes e mesmo na quantidade de grupos, há alguns elementos recorrentes: o perfil dos participantes é de mulheres acima de 35 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem colocação no mercado formal de trabalho. Contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

O grupo estudado de forma mais detida localiza-se na Região Metropolitana de Curitiba no município de Almirante Tamandaré. Denominado Nova Semente, foi criado em 2007, e, assim como outros grupos, passou por momentos de esvaziamento e interrupção das atividades, mas manteve-se com um núcleo constante de aproximadamente seis participantes, chegando a 25 membros de participação flutuante.

Mesmo nos períodos de maior adesão ao grupo, a participação masculina foi residual, apenas dois homens. Entre as mulheres, a faixa etária concentrou-se em torno dos 40 anos, a maioria delas sem ocupação no mercado formal de trabalho. Durante o período mais intenso de observação apenas uma das participantes estava empregada formalmente. Uma estava aposentada por problemas de saúde e as demais se ocupavam dos cuidados domésticos, tomando conta de netos sem vagas em creches ou ainda trabalhando como empregadas domésticas diaristas.

Do ponto de vista do funcionamento, o grupo segue uma espécie de base comum a todos os clubes: os encontros são periódicos – nesse caso, quinzenais. Há um estatuto

³ Machado, M. I. (2003). *“Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”*: o clube de troca e a construção da sociabilidade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada, todos apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda social referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística em que se propõe alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. Os participantes novos são apresentados. Há encaminhamentos práticos quanto as atividades do grupo, que são basicamente produção de artesanato e comercialização dos produtos. Durante os encontros, realizam-se as trocas dos itens por moeda social. Há um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento no qual sempre acontece uma avaliação do encontro.

Grupos como o clube de troca Nova Semente são apenas mencionados no Atlas nacional sem qualquer informação mais detalhada sobre sua atuação e o papel que desempenham junto a seus participantes e as comunidades onde estão inseridos. Como já relatado, recebem maior destaque os empreendimentos formais de maior porte e com maior movimentação financeira, revelando o que está apenas tacitamente estabelecido entre os movimentos sociais e empreendimentos solidários: a relevância econômica informa o lugar e o status do grupo.

A partir desses apontamentos, trataremos na seção que segue de algumas abordagens possíveis a partir das questões colocadas.

A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO E SEUS CONCEITOS

As questões em torno das relações entre homens e mulheres não são novas. No entanto, a forma de abordá-las e quem estaria autorizado a respondê-las sofreu mudanças importantes. Simone Beauvoir é considerada uma das precursoras ao questionar em seu livro *O Segundo Sexo* (2009) os papéis impostos às mulheres celebrizando a frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A aparente simplicidade da frase traz consigo reflexões contundentes a respeito das construções sociais que padronizaram o ser feminino. Para a autora, os elogios às virtudes femininas, por exemplo, ocultam e, paradoxalmente, revelam a opressão. Frivolidade e resignação ilustram claramente esse ponto de vista.

Além disso, para Beauvoir não era suficiente reivindicar igualdade em relação aos homens, visto que essa igualdade formal, abstrata impossibilitava a visibilização do que a condição feminina oportunizava ou negava às mulheres. A pergunta que Simone quer responder é: em o que o fato de sermos mulheres terá afetado nossa vida? A autora não se pergunta por felicidade, mas pela possibilidade de transcendência, de colocar-se como sujeito diante de um projeto, com liberdade para fazê-lo.

Sua perspectiva fortemente informada pelo existencialismo apontou uma direção ao movimento feminista: a redescoberta, ou a conquista do *status* de sujeito.

Como apontou Heleieth Saffioti (1999), Beauvoir teria lançado as bases para uma primeira formulação do conceito de gênero, ainda que, segundo as críticas, tenha incorrido em alguns erros como formular suas questões a partir da noção de mulher e não de mulheres. Contudo,

como Saffioti lembra, Simone dispunha de parco material histórico e partilhava, assim como outros pensadores, dos referenciais disponíveis em seu contexto.

As inquietações presentes na obra de Simone antecipam as inquietações da geração de 60 que catalisou esforços múltiplos no sentido da reinvenção do feminino e de outras vozes igualmente silenciadas.

Como várias camadas de invisibilização que se sobrepõem historicamente, vemos a ausência de narrativas sobre mulheres e de mulheres se repetir no contexto da economia solidária, o que nesse contexto faz com que a tarefa de fazer ouvir suas vozes possua um apelo teórico e político simultaneamente. Há poucos registros sistematizados das experiências dos clubes de troca, experiências de mulheres. Embora se avolume o acervo a respeito de empreendimentos solidários, o foco nesses casos recai sobre o econômico, raramente sobre o humano. Quando a perspectiva dos sujeitos se coloca, os critérios modernos de cientificidade alocam esses estudos no campo do peculiar, do microsociológico que significa o mesmo que irrelevante segundo a perspectiva dos macrodiscursos universalizantes.

Da mesma forma, a premência de outras abordagens teóricas e epistemológicas esteve na base dos estudos que procuravam dar voz e visibilidade às mulheres. Segundo Maria Gabriela Hita (2002), o movimento feminista teria sido marcado por três grandes ondas: a luta pela igualdade, a reivindicação do direito à diferença e, na atualidade, o direito às diferenças.

Os esforços empreendidos pelo feminismo em seu primeiro momento teriam sido no sentido de garantir às mulheres o *status* mínimo da condição humana, reforçando, portanto, seu caráter igualitário em relação aos homens. Esse foi o período de enfrentamentos pela conquista dos direitos civis e políticos, acesso ao trabalho e educação.

A segunda e terceira onda aprofundaram a percepção das assimetrias de gênero explorando o direito à identidade, inclusive questionando o uso universal da categoria *mulher* utilizado pelo movimento feminista e que se referia a um determinado segmento de mulheres que excluía negras e terceiro-mundistas. Nesse bojo, emergiram os debates em torno do corpo e da sexualidade, no sentido da superação de modelos analíticos dicotômicos, questionando binários cristalizados como natureza e cultura, sexo e gênero, tendo como importante representante Judith Butler.

Os primeiros movimentos feministas apoiados na inspiração burguesa da igualdade, liberdade e fraternidade apagaram diferenças importantes, característica que estava na base da superação da preocupação com a igualdade para a centralidade da identidade. Fazia-se necessário afirmar as especificidades, daí a construção do conceito de gênero a partir da década de 60, na qual explodiram vozes antes sufocadas que encontravam a possibilidade de contestar os modelos de sociedade, comportamento e identidade (Adelman, 2009).

Nesse ponto, impôs-se a necessidade de outras epistemologias capazes de superar os limites estabelecidos pelos referenciais teóricos clássicos da sociologia. Na economia política, por exemplo, a construção do conceito de trabalho atuou fortemente na invisibilização do trabalho feminino ao considerar socialmente útil, porque produtor de mais valia, apenas o trabalho na esfera pública (Adelman, 2009). Segundo nossa hipótese, esse limite teórico-epistemológico estaria na base da invisibilização e subalternização dos clubes de troca na atualidade. Ao não centrarem sua atuação na produção de bens e circulação de capital, somado e agravado pelo

fato de serem feitos por e para mulheres, os clubes acionariam formas de trabalho invalidadas tanto pelas lógicas mercantis quanto para as leituras macrosociológicas.

Dessa forma, às importantes contribuições da psicanálise somaram-se esforços em revisitar obras clássicas como *Origens da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (1987), no intuito de buscar outros caminhos explicativos que dessem maior fôlego ao repertório teórico clássico. No entanto, o esforço empreendido revelou de forma clara os limites de leituras que ignoravam o caráter *sui generis* das relações entre homens e mulheres, reinscrutando-as reiteradamente no contexto dos meios de produção.

De acordo com Paola Tabet (2005), a posse e o controle sobre instrumentos de trabalho, por exemplo, explicitou como o histórico subequipamento feminino dificultou o trabalho das mulheres comprometendo o uso do tempo e todas as suas consequências. Ter ferramentas e tecnologias adequadas, segundo a antropóloga, é uma relação orientada e assimétrica, fundada no domínio de gênero e de classe. Ter menos instrumentos e menos técnica significa maior tempo de trabalho para a realização das tarefas, o que estabelece um menor tempo de lazer ou mesmo de descanso necessário para qualquer progresso. A expropriação do seu tempo configura-se, pois, como um aspecto fundamental da exploração das mulheres. Dessa forma, Tabet afirma que se faz necessário analisar a divisão sexual do trabalho como uma relação política entre os sexos. Os impactos do subequipamento das mulheres em relação à posse dos instrumentos repercutiram em outras esferas: enquanto a um sexo foi destinado o mundo e o poder sobre as coisas, a outro, às mulheres, coube apenas o parco controle sobre o próprio corpo.

Novamente nos aproximamos das leituras feitas dos empreendimentos solidários que tomam a relevância dos mesmos a partir de seu potencial econômico na geração de renda. Não desprezamos o impacto do empoderamento feminino via acesso à renda, mas ao reduzir o papel dos clubes de troca a seu potencial econômico incorremos no risco de desperdiçar uma importante experiência no sentido da emancipação feminina via construção, retomada e reconstrução das identidades individuais de mulheres e do reconhecimento de seu potencial enquanto coletividade.

Desde outros estudos realizados (Machado, 2009; 2012) foi possível apreender a construção de novos padrões de sociabilidade não calcados no individualismo e ostracismo social, a partir dos quais seriam retomadas narrativas individuais dotadas de sentido a partir do grupo, passo determinante na reivindicação e conquista de direitos básicos, como o em nada simples direito de se pronunciar.

Nesse sentido, ficam evidentes os limites de referenciais teóricos canonizados em suas abordagens que dividem o mundo em dominados e dominadores. Ler experiências específicas nas quais as diferenças entre mulheres e homens se traduzem em desigualdades demanda outros repertórios, não era possível continuar a “dar respostas feministas a perguntas marxistas” (Eisenstein apud Adelman, 2009, p. 106).

Conceitos como o de patriarcado, por exemplo, que procurou dar conta das origens históricas da subordinação feminina, embora tenha cumprido importante papel nesse sentido, deu espaço ao conceito de gênero. Esse é um momento de transição dos estudos de mulheres, como campo de conhecimento para a consolidação do conceito de gênero que daria fôlego teórico consolidando-se, inclusive, como uma narrativa sobre a modernidade.

Contribuições como de Gayle Rubin (1998) produziram forte impacto a partir de sua definição do sistema sexo-gênero, como um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos humanos. Esse conceito abriu espaço para percepção do caráter eminentemente social e histórico da construção dos papéis femininos e masculinos, como um filtro através do qual era possível apreender a maneira como as diferenças se convertiam em desigualdades.

Rubin, ao investigar a passagem da fêmea à mulher domesticada, expôs os modos como a cultura se sobrepõe à “natureza”, no sentido de afirmar que as identidades de gênero, longe de serem expressões de diferenças naturais, se impoem como imperativo cultural.

Não obstante o caminho percorrido através da reivindicação da igualdade, o direito à diferença e às diferenças, segundo Adelman (2009), essa simplificação da produção feminista seria delicada, uma vez que confundiria as estratégias políticas exigidas por determinadas conjunturas com posturas teóricas. Dessa forma, trataremos na seção que segue dos processos de invisibilização das mulheres, de forma especial das participantes dos clubes de troca, e da importância da retomada da categoria mulher no sentido de estratégia política em um campo de saberes e experiências em disputa.

INVISÍVEIS OU INVISIBILIZADAS?

As lacunas históricas a respeito do papel das mulheres e as abordagens pouco preocupadas com as especificidades das assimetrias de gênero veem-se refletidas na atualidade em produções como o Atlas de Economia Solidária. Ainda que não se apresente de maneira clara e detalhada, a metodologia utilizada em sua composição é possível confrontar e questionar os dados apresentados a partir outros materiais produzidos sobre os empreendimentos solidários, em especial sobre os clubes de troca.

No Paraná, e de forma mais específica em Curitiba e região metropolitana, os clubes estão articulados em forma de rede, Rede Pinhão, que se reúne periodicamente para animar os grupos, preparar atividades comuns e organizar a participação dos grupos em instâncias estaduais e nacionais. Desde a experiência da Rede Pinhão foram produzidas sistematizações das experiências como a obra já citada, Clube de Trocas: rompendo o silêncio (Carneiro, 2011).

Além do histórico dos clubes na região, são apresentados dados que contestam de forma efusiva a informação do Atlas referente à participação de homens e mulheres. Nesses grupos a participação masculina é residual, constatação que se estende a outros empreendimentos da região, como padarias comunitárias presentes em diversos bairros, inclusive no bairro onde acontecem os encontros do Nova Semente – a padaria desse bairro é gerida por participantes do clube.

Partindo dessas constatações, aproximamo-nos de algumas reflexões acerca do lugar das mulheres na economia solidária, que não se descola do lugar das mulheres na história, especificamente na modernidade. Rita Felski, por exemplo, em sua obra *The Gender of Modernity* (1995), chama atenção para a importância simbólica do lugar atribuído às mulheres nas representações literárias sobre o feminino e o masculino.

Ora como catalisadora dos perigos, ora como signo das promessas da modernidade, a mulher foi retratada frequentemente como um “outro” reprimido e não racional. O sujeito da história é sempre masculino, referencial que informou não apenas a literatura mais um vasto campo de produção sociológica como a tradição dos estudos marxistas, por exemplo.

Na condição de objeto, à mulher cabe a assistência passiva da história construída pelos homens, ou seja, além de estarem excluídas das instâncias de poder formal ou informal, o lugar ocupado pelas mulheres foi gradativamente invisibilizado.

Na obra *As mulheres ou os silêncios da história*, Michelle Perrot (2005) reforça essa constatação ao retomar historicamente a inviabilização do feminino. Os registros, quando os há, partem não de mulheres singulares, mas da mulher como entidade coletiva sobre a qual se conformam as convenções.

Ao tratar, por exemplo, das cartas trocadas entre as filhas de Karl Marx, ao mesmo tempo em que reconhece certa “sorte” em relação a outras mulheres do universo vitoriano, revelam-se os limites impostos. As filhas de Marx, impossibilitadas de serem burguesas, substituíam a leitura de folhetins por escritos de Hegel, sem, contudo, nunca alçar outros papéis que não os de boas esposas e colaboradoras, única promoção consentida por seus esposos de esquerda.

Esse estado de tutela que perpassa a modernidade torna seu enfretamento mais complexo. Se antes a figura de autoridade tinha um rosto masculino – o rosto de Deus, com o advento do Iluminismo a face da opressão dissimula-se em práticas discursivas que acionam a fraternidade, igualdade e liberdade como princípios sem, contudo, efetivar esses princípios. Não se trata do pai controlador, mas de um irmão que sob o discurso da igualdade mantém encobertos o desejo e a agência do Outro.

Dessa forma, seria necessária uma espécie de arqueologia da história, da cultura, da literatura, a fim de perscrutar as fendas nas quais foram despejadas as experiências femininas e toda a bagagem considerada trivial ou regressiva, os sentimentos, as expressões da subjetividade etc.

Além das dificuldades no acesso às histórias de mulheres, outros problemas de cunho teórico metodológico se impõem. Rita Felski (2005) expõe as tensões inerentes ao conceito de moderno e o modo como os movimentos feministas se constroem, ora criticando-o, ora sendo informados por ele. Resgatar os escritos de mulheres justifica-se não porque estes necessariamente revelem uma verdade absoluta ou universalizante, o enredamento com os modelos modernos considerados corretos e verdadeiros é inevitável. Se fazer ouvir exigia e, como veremos, ainda exige a apropriação dos signos estabelecidos pelo *mainstream*.

Segundo Luis Felipe Miguel (2010), ao investigar a participação das mulheres nas esferas políticas levanta questões importantes quanto ao efetivo exercício do poder. Para o autor, é inegável a importância do sufrágio feminino, porém cabe reconhecer sua insuficiência na eliminação das assimetrias.

Segundo Miguel, o campo político estaria estruturado de modo a reproduzir em suas arenas de poder as mesmas desigualdades encontradas em outros espaços. Dessa forma, o fato de políticas de cota garantir a representatividade feminina, as mulheres permanecem relegadas à subalternidade.

O modelo sobre o qual se inscreve a atual e “moderna” democracia deliberativa define de maneira explícita e, ao mesmo tempo, velada os padrões de racionalidade e o léxico necessário

para acionar esses mesmos padrões. Mecanismos de exclusão constantemente reiterados utilizam a inadequação de discursos, por exemplo, para invalidar as falas dissonantes em relação aos *status quo*. A fala do subalterno permanece uma fala subalterna.

Essa experiência foi fortemente vivenciada no âmbito do clube de trocas Nova Semente. Ao longo dos períodos de observações e tomando as entrevistas em seu conjunto, a preocupação com o “saber falar” foi recorrente. Quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois da entrada no grupo, a grande maioria de mulheres relatou que “aprenderam a falar”. A fala no espaço doméstico sequer foi considerada como tal, os relatos de interditos impostos pelos maridos, patrões e mesmo filhos reduziam essas vozes a sussurros. O grupo, no entanto, constituiu-se como espaço no qual o saber e a experiência vividos poderiam ser traduzidos em fala legítima correspondida com escuta atenta.

Ao problema da subalternização da fala das mulheres, Luis Felipe Miguel aponta os processos de conscientização como passo importante no sentido de tencionar o campo e forçar as redefinições de seus limites.

Adriana Piscitelli oferece contribuições importantes em seu artigo *Re-criando a (categoria) mulher?* (2001). Para a autora, ainda que gênero ofereça um novo olhar sobre a realidade situando as distinções entre masculino e feminino no cerne das hierarquias, também corre o risco de diluir politicamente seus sujeitos na medida em que perderia de vista imbricações entre classe, etnia, nacionalidade. A busca radical pela desessencialização resultaria na desestabilização da categoria mulher necessária para teoria e política feministas.

Retomando convergências e divergências nos movimentos teóricos e políticos feministas Piscitelli reforça que embora houvesse dissensos alguns pontos comuns davam consistência ao movimento: a compreensão da subalternização feminina, as origens históricas da desigualdade e a possibilidade de desconstrução desse cenário.

Na tentativa de desconstruir a subalternização feminina a retomada da categoria mulher remontaria às raízes do movimento feminista radical contribuindo para diferenciar o feminismo dos movimentos de esquerda que incorriam no equívoco de tomar a produção como força motriz da sociedade e o sexo como contradição secundária.

Além disso, tomar a categoria mulher como coletividade e porta de entrada para compreender a diferenciação sexual, mais que reificar universalizações, ancoraria esforços nas semelhanças e menos nas diferenças entre as mulheres. Empenho necessário na disputa de capital econômico, simbólico e político.

Dessa forma, segundo Adriana Piscitelli, a retomada da categoria mulher requer atenção à historicidade, bem como exige a aceitação de seus sentidos provisórios, dados através de redes complexas de características não pressupostas, mas descobertas. A retomada da categoria mulher cumpriria uma dupla função: dar sustentação e visibilização às experiências de mulheres vividas no âmbito da Economia Solidária e sistematizadas academicamente e, politicamente, reforçar a ação dessas mulheres como coletivo reivindicando sua cidadania política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços de estudos de mulheres para o estudo das relações de gênero e atualmente os estudos *Queer* trouxeram importantes contribuições para a emergência de discursos marginalizados. No entanto, do ponto de vista da agência dos sujeitos, a viabilização de medidas de minoração das desigualdades e assimetrias de gênero impõe caminhos nos quais esbarramos nas formulações teóricas e epistemológicas ainda fortemente informadas pelo paradigma da modernidade e o modelo igualmente “moderno” de distribuição e acesso ao poder.

Quando acionamos o conceito de moderno como léxico, mas também como episteme, acionamos, segundo Felski, o conjunto de significados estruturadores de subjetividades e de práticas que regulam a mobilidade dos sujeitos e principalmente a sua negação. O acesso das mulheres às instâncias deliberativas não é suficiente para garantir o efetivo exercício do poder, como bem apresentou Luis Felipe Miguel.

Ao adentrarem os espaços de exercício da democracia formal, as mulheres são relegadas a assuntos e conteúdos considerados de menor importância, cargos e funções como o controle orçamentário, por exemplo, permanecem de controle exclusivamente masculino. A ruptura com esse modelo implica na adoção de posturas consideradas eminentemente masculinas, ponto para o qual Felski já havia chamado a atenção.

De acordo com Claudia de Lima Costa, o conjunto de estudos produzidos por feministas na atualidade, que procura restabelecer a categoria mulher, não o faz como essencialização ou como retomada dos signos invocados pela expressão segundo a lógica patriarcal. O que se propõe é retomar “mulher” como sujeito e signo, na medida em que informado pela experiência escapa da armadilha das generalizações cristalizadoras de representações.

Heterogênea e historicamente construída, a categoria “mulher” é condição indispensável para acionar políticas institucionalizadas de diversas espécies. A compreensão da categoria exige a apreensão das regiões histórico-discursivas nas quais se imbricam outras categorias como etnicidade e classe. Esse tipo de abordagem caracterizaria uma política da identidade, como acúmulo teórico propulsor de ações políticas concretas para sujeitos concretos.

As críticas a essa política da identidade colocam a questão da negação histórica aos oprimidos do direito de acessar direitos e mesmo de reivindicarem uma identidade. Contudo, não se pode negar que mesmo nas brechas da história ou nos *space-off* identidades positivas foram construídas, perspectiva a partir da qual abordamos as mulheres participantes dos clubes de troca, nenhuma delas chegou ao grupo na condição de tábula rasa, cada uma encontrou ao longo de sua trajetória estratégias de sobrevivência e de afirmação que as levaram até aquele momento. O grupo como espaço de acolhida e escuta atenta potencializou a positivação dessas identidades.

As rupturas com os modelos opressivos de vida familiar e comunitária, nesse caso, já tinham se iniciado quando a maioria delas migrantes de áreas rurais reuniu condições objetivas e subjetivas para romper com determinados ciclos de pobreza a que estariam sujeitas. E, mesmo antes disso, cada qual em seu contexto construiu sua trajetória e identidade.

Daí a importância de captar a posição do sujeito, o lugar de onde se enuncia a fala, ou as condições nas quais o silêncio é uma estratégia vital. Segundo uma das entrevistadas do Clube

de Trocas, a respeito do assassinato de mulheres na região: “se a gente ficar queta [sic] eles não vão parar [...] tem hora que dá pra falar, tem hora que não” (Idair).

Não se pretende com essa constatação romantizar as trajetórias dessas mulheres incorrendo no risco de tratar as condições de opressão a que foram submetidas com certa conformidade. A correspondência entre os sujeitos e seu contexto, como alerta Claudia de Lima Costa, não é simples, tampouco automática, está condicionada aos processos de interação entre os sujeitos e seus contextos, aos modos como as práticas discursivas foram internalizadas, como cada uma delas foi capaz de ler seu próprio contexto e como foram capazes de realizar contraleituras.

A complexidade da política de identidade exige compromisso teórico e político, mas também sensibilidade para captar a relação sujeito/lugar/contexto como história e não simplesmente como forma previamente definida, as narrativas e desejos se produzem também nos interstícios. O pertencimento a um lugar se impõe como necessidade para a construção de uma narrativa sobre si, mas cada indivíduo pertence a diversos lugares ao longo de sua trajetória, pertencimento construído a partir de identificações e estranhamentos.

REFERÊNCIAS

- Adelman, M. (2002). O gênero na construção da subjetividade: entendendo a “diferença” em tempos pós-modernos. In: M. Adelman, & C. B. Silvestrin. *Coletânea gênero plural*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Adelman, M. (2009). *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher Acadêmico.
- ANTEAG. (2009). *Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos.
- Beauvoir, S. de. (2009). *O segundo sexo* (2a ed.). (S. Milliet, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Carneiro, G., & Bez, A. (2011). *Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história*. Curitiba: Popular.
- Cicourel, A. (1975). Teoria e método em pesquisa de campo. In: A. Z. Guimarães (Org.). *Desvendando máscaras sociais* (3a ed., pp. 87-121). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Clubes de Troca. Recuperado em 3 julho, 2016, de <http://www.cefuria.org.br>
- Costa, C. de L. (1998). O tráfico de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas; São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP (Vol. 11, p. 127-140).
- Costa, C. de L. (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*. Campinas; São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP (Vol. 19, p. 59-90).
- Engels, F. (1987). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Felski, R. (1995). *The gender of modernity*. Cambridge; London: Harvard University Press.
- Gaskell, G., & Bauer, M. W. (2011). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 64-113). Petrópolis: Vozes.

- Hita, M. G. (2002). Igualdade, identidade e diferença(s): feminismos na reinvenção de sujeitos. In: H. B. de Almeida, R. G. Costa, M. C. Ramirez, & É. R. de Souza (Org.). *Gênero em matizes* (pp. 319-351). Bragança Paulista: CDAPH; Universidade São Francisco.
- Machado, M. I. (2009). *Economia solidária e emancipações: proximidades e distanciamentos*. Monografia de graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil.
- Machado, M. I. (2012). *“Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”*: o clube de troca e a construção da sociabilidade. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil.
- Miguel, L. F. M. (2010). Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Sociologia e Política*, 18(36), 25-49.
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- Piscitelli, A. (2002). “Re-criando a (categoria) ‘mulher’?”. In: L. M. Algranti (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero* (pp. 7-42). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002. (Textos didáticos, n. 48). Recuperado em 10 abril, 2017, de <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>
- Rubin, G. (1998). El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: M. Navarro, & C. R. Stimpson (Comp.). *Qué son los estudios de mujeres?* Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Tabet, P. (2005). Las manos, los instrumentos, las armas. In: O. Curiel, & J. Falquet (Org.). *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica.

Recebido em: 03-10-2017

Primeira decisão editorial: 22-10-2017

Aceito em: 25-10-2017

